



CONTRATO Nº 017/2025

Processo nº 48086.011530/2024-92

Unidade Gestora: 495.710

CONTRATO Nº 017/2025 - DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZAGEM, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS E A REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO -RENAPSI

A **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições do **Serviço Geológico do Brasil**, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Asa Norte, Bloco H – Edifício Central Brasília, CEP 70.040-904, e a **Residência de Teresina**, com sede na Rua Goiás, 312, Sul, Teresina/PI, CEP 64001-620, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 00.091.652/0015-84**, neste ato representada por seus Diretores, na forma de seu Estatuto Social vigente, doravante denominada simplesmente **CPRM**, e a **Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração -RENAPSI**, com sede na SCS, Quadra 4, Bloco A, nº 156, Edifício Nordeste, Salas 101 a 408, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70304-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.381.902/0001-25, neste ato representado por **ALINE DÁRIA FERREIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº ***.848.411-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, pelo presente instrumento, têm justo e contratado o objeto a seguir discriminado, licitado através do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2024, PROCESSO Nº 48049.000010/2024-09**, a cujo Edital está vinculado este Contrato, sujeitas as partes às normas do Decreto – Lei nº 5.452, de 01/05/43, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, do Decreto nº 9.579, de 22/11/2018, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica para formação de jovens aprendizes para cumprimento de cota de aprendizagem nas dependências da **Residência de Teresina - RETE** da CPRM, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. O regime de execução será o da empreitada por preço global e as especificações dos serviços são as constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

2.2. A quantidade de aprendizes é meramente estimativa, podendo ser alterada para mais ou para menos, dependendo das necessidades do serviço e consoante o que determinam o Decreto – Lei nº 5.452, de 01/05/43, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a Lei nº 13.303/16 e o Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 01 (um) ano , contado a partir da data da sua assinatura.

3.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por Termos Aditivos, desde que a vigência, incluindo as eventuais prorrogações, não exceda 5 (cinco) anos, conforme dispõem o *caput* do artigo 71 da Lei nº 13.303/16 e o artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, observados os seguintes requisitos:

3.2.1. Justificativa técnica da necessidade da prorrogação.

3.2.2. Demonstração da vantajosidade econômica da manutenção do Contrato.

3.2.3. Existência de previsão orçamentária para atender as despesas resultantes da prorrogação do prazo.

3.2.4. Execução satisfatória das obrigações contratuais pela contratada.

3.2.5. Manifestação expressa do interesse na prorrogação, pela contratada.

3.2.6. Manutenção das condições de habilitação da contratada, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a inexistência de sanções impeditivas do direito de contratar.

3.2.7. Existência de autorização da autoridade competente.

3.2.8. Análise e pronunciamento da fiscalização sobre planilhas de custos e outros documentos gerados pela contratada.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Cumprir fielmente o presente Contrato de forma que o programa ora avençado se realize com esmero e perfeição, responsabilizando-se pela execução, em conformidade com a proposta apresentada e com o Termo de Referência para o cumprimento da cota de aprendizagem da CPRM.

4.2. Providenciar, quando a legislação exigir, a realização do exame médico admissional e demissional do aprendiz, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.

4.3. Manter programa de aprendizagem, desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária, parte integrante do Projeto Pedagógico aprovado e validado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, tendo como parâmetro o estabelecido em normas emitidas pelos órgãos competentes.

4.4. Comprovar o registro do Programa de Aprendizagem, elaborado em conformidade com a norma vigente emanada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da localidade em que se realizará a aprendizagem.

4.5. Comprovar o registro acima, também, previamente, a cada eventual prorrogação do prazo de vigência do Contrato e, a qualquer tempo, quando solicitado pela fiscalização da CPRM.

4.6. Comprovar a inscrição da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da localidade em que se realizará a aprendizagem e no Cadastro Nacional de Aprendizagem, na forma e nas hipóteses previstas na legislação que rege a matéria.

4.7. Comprovar as inscrições acima, também, previamente, a cada eventual prorrogação do prazo de vigência do Contrato e, a qualquer tempo, quando solicitado pela fiscalização da CPRM.

4.8. Comprovar que os jovens estão matriculados em programa de aprendizagem, desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnica-profissional metódica.

4.9. Apresentar, semestralmente, declaração escolar ou outro documento correlato, que comprove a regularidade de matrícula e frequência escolar de cada aprendiz participante.

4.10. Assumir a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com a CPRM para efeito do cumprimento de sua cota de

aprendizagem, em se tratando de entidade sem fins lucrativos, nos termos do inciso I do §2º do artigo 57 do Decreto nº 9.579, de 22/11/2018.

4.11. Manter a CPRM, durante e após a vigência do Contrato, à margem de quaisquer reivindicações dos seus empregados alocados aos serviços, sendo, nesse particular e em quaisquer circunstâncias, considerada como única e exclusiva empregadora, responsável por si e/ou sucessores por quaisquer ônus que venham a ser imputados à CPRM, em qualquer época, decorrentes de tais reivindicações ou reclamações, judiciais ou extrajudiciais.

4.12. Responsabilizar-se por quaisquer tributos incidentes sobre sua atividade ou sobre a presente contratação, bem como na incumbência e responsabilidade pela administração e cumprimento de todos os direitos (encargos sociais e trabalhistas), que incidam ou venham a incidir.

4.13. Efetuar os pagamentos salariais dos aprendizes abrangidos pelo contrato, bem como seus benefícios (vale-transporte e alimentação) até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

4.13.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos salários, encargos e benefícios, não transfere à CPRM a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

4.13.2. Não realizar desconto no salário do aprendiz, salvo o valor referente às faltas injustificadas, incluindo o valor diário do vale-transporte utilizado no deslocamento residência – CPRM e/ou Curso de Aprendizagem, ou quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de convenção ou acordo coletivo que lhes seja aplicável.

4.14. Apresentar, mensalmente, à CPRM, os comprovantes de pagamento dos salários (folha de pagamento e cópia do contracheque), os recibos de entrega de vale-transporte e vale-alimentação/refeição (quando houver), tributos em geral, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e registro dos aprendizes, referentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços.

4.15. Manter apólice de seguro de vida detalhado dos jovens aprendizes, em dia e às suas expensas, cobrindo, particularmente, os casos de morte e invalidez permanente, direta ou indiretamente vinculada ao objeto desta contratação.

4.15.1. Enviar à CPRM cópia da apólice de seguro de acidente de vida dos aprendizes, em até 30 (trinta) dias, a partir da data da expedição da ordem de serviço, bem como a lista do efetivo contemplado pelo referido seguro.

4.16. Elaborar a programação de férias do aprendiz coincidindo com um dos períodos de férias escolares do ensino regular, em conformidade com o §2º do artigo 136 da CLT.

4.17. Na contratação dos serviços, a CONTRATADA deverá atender as seguintes exigências, na contratação dos aprendizes:

4.17.1. Celebrar o Contrato de Trabalho do aprendiz por prazo determinado não superior a 24 (vinte e quatro) meses e carga horária de 06 (seis) horas diárias para cada jovem aprendiz, inclusive anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, sendo recolhidos os mesmos tributos de qualquer empregado.

4.17.2. A alíquota de depósito ao FGTS será na razão de 2% (dois por cento) e a alíquota de recolhimento à Previdência Social será na mesma razão de qualquer empregado.

4.17.3. Caso não tenha ainda o seu nº no PIS, deverá ser providenciado o cadastramento.

4.17.4. O contrato deverá indicar expressamente o curso objeto da aprendizagem, a jornada diária, a jornada semanal, a remuneração mensal, o termo inicial e final do contrato.

4.17.5. Matricular o aprendiz em qualquer curso de aprendizagem do Sistema “S”, correlato à função a ser ocupada na CPRM.

4.17.6. Na insuficiência de vagas ou cursos oferecidos pelo Sistema “S”, a demanda da CPRM poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, como as escolas técnicas e entidades sem fins lucrativos, estas últimas, desde que devidamente registrada no Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 430 da CLT combinado com o disposto no artigo 55 do Decreto nº 9.579/2018.

4.17.7. Caso o curso de formação técnico-profissional metódica seja ministrado por entidade sem fins lucrativos, será verificado, primeiramente, o atendimento ao subitem 4.15.5, além do seguinte:

4.17.7.1. Oferecimento de instalações físicas, destinadas às aulas teóricas, em condições adequadas a habilidade, higiene, salubridade e segurança;

4.17.7.2. Execução por funcionários profissionalizantes idôneos, com reconhecida habilidade profissional para tratar de assuntos relacionados à aprendizagem.

4.18. A CONTRATADA deverá encaminhar para a CPRM em até 15 (quinze) dias úteis após a admissão do aprendiz:

- a) relação nominal dos jovens aprendizes, contendo nome completo, telefone, endereço, dia e horário das atividades práticas e das atividades teóricas;
- b) cópia simples do contrato com o jovem (assinados por todas as partes), incluindo o calendário;
- c) declaração de matrícula do aprendiz em Entidade Formadora de Aprendizagem;
- d) comprovante da inscrição no Programa de Aprendizagem;
- e) cópia simples da carteira de trabalho – CTPS, devidamente assinada;
- f) exames médicos admissionais realizados (ASO), na forma da lei;
- g) e a declaração escolar ou outro documento correlato, que comprove a regularidade de matrícula e frequência escolar de cada aprendiz participante que não tenha concluído o ensino médio.

4.19. Manter o controle de frequência e do rendimento dos jovens no módulo teórico do curso de aprendizagem e nas atividades práticas, através das informações prestadas pela CPRM, devendo apresentar relatórios mensais e folhas de frequência e, ainda quando do desligamento do jovem aprendiz do programa.

4.20. Fornecer certificado de qualificação para os aprendizes, que concluírem o programa de aprendizagem com aproveitamento, com validade em todo o território nacional, contendo especificação das disciplinas, rendimento e horas cursadas pelo jovem, devendo ser assinado em conjunto com a CPRM.

4.21. Avaliar, semestralmente, o desempenho dos aprendizes.

4.21.1. A avaliação de desempenho deverá ser enviada em formato de relatório, que incluirá a análise do desempenho do aprendiz no curso teórico, bem como no desenvolvimento das atividades práticas dentro da CPRM, em relação às quais o supervisor do aprendiz na CPRM deverá ser consultado, sempre que necessário.

4.22. Nas atividades teóricas, deverão constar no relatório, para cada módulo de aprendizado teórico, a análise relativa aos seguintes itens:

- a) assiduidade;
- b) pontualidade;
- c) disciplina;
- d) cooperação;
- e) relacionamento interpessoal;
- f) assimilação de conhecimento;
- g) organização;
- h) interesse e iniciativa; e
- i) apresentação pessoal.

- 4.23. Promover palestras informativas aos supervisores dos aprendizes da CPRM, visando qualificá-los ao bom desempenho na operacionalização deste Programa.
- 4.24. Apresentar, semestralmente, à CPRM os comprovantes de entrega dos uniformes para os jovens.
- 4.25. Cumprir as pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, sendo a única responsável pelas infrações eventualmente cometidas.
- 4.26. Obter dos órgãos competentes todas as autorizações, licenças, permissões e certificados necessários à execução do objeto.
- 4.27. Cumprir as normas internas da CPRM e orientar os seus empregados para o cumprimento, assegurando um ambiente de trabalho em condições adequadas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 4.28. Instruir seus aprendizes a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os para não executar atividades não abrangidas pelo presente Contrato, a fim de evitar desvio de função.
- 4.28.1. Relatar à CPRM sobre qualquer desvio de função, eventualmente, ocorrido e promover a correção da situação com urgência.
- 4.29. Submeter, previamente e por escrito, à CPRM, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.
- 4.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos abaixo:
- I - Alteração do projeto ou especificações, pela CPRM.
 - II - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato.
 - III - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CPRM.
 - IV - Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos na legislação.
 - V - Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CPRM em documento contemporâneo à sua ocorrência.
 - VI - Omissão ou atraso de providências a cargo da CPRM, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 4.31. Abster-se de recrutar, familiar (cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, nos termos do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.
- 4.32. Indicar um preposto, responsável pelo programa, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, bem como fiscalizar e ministrar orientações aos executantes dos serviços.
- 4.32.1. A indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada pela CPRM, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.
- 4.32.2. Providenciar o fornecimento de todos os materiais e equipamentos a serem utilizados pelos aprendizes no controle do ponto, seja por registro de ponto manual, mecânico ou eletrônico, de acordo com o §2º do art. 74 do Decreto nº 5.452, de 01/05/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).
- 4.32.2.1. O controle deverá caracterizar que o aprendiz é empregado da CONTRATADA, não tendo, por consequência, qualquer vínculo empregatício com a CPRM, sendo a CONTRATADA considerada para todos

os efeitos legais como única e exclusiva empregadora.

- 4.33. Manter sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.34. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.35. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados diretamente à CPRM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, por ato ou omissão sua, de aprendizes e/ou prepostos.
- 4.35.1. Repor o bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano, ou ressarcir a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias corridos, após notificação, por escrito, da CPRM.
- 4.35.2. Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo estipulado acima, a CPRM poderá descontar o valor do ressarcimento da garantia apresentada.
- 4.36. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, isentando a CPRM de qualquer responsabilidade.
- 4.37. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente ajuste, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, resultantes da execução do Contrato, além do seguro de acidentes de trabalho e outros obrigatórios.
- 4.37.1. Disponibilizar, sempre que requisitada pela fiscalização, toda documentação relativa ao pagamento e cumprimento das obrigações acessórias referentes a tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, assistenciais e acidentários relacionados com este Contrato.
- 4.38. Instruir seus aprendizes, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao Contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 4.38.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do trabalhador.
- 4.38.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal - CEF para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do trabalhador.
- 4.38.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais (INSS, FGTS etc.), preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 4.39. Zelar para que seus aprendizes apresentem-se ao serviço devidamente asseados, portando identificação e, se previsto no Termo de Referência, uniformizados.
- 4.40. Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados para a execução dos serviços, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência e, quando for o caso, os equipamentos de proteção individual necessários à prestação dos serviços, além de zelar pela sua utilização correta.
- 4.40.1. Promover a guarda, manutenção e vigilância dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que forem necessários à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.
- 4.41. Assumir os ônus decorrentes de ações judiciais por prejuízos oriundos diretamente da execução de suas obrigações e que possam vir a ser imputadas à CPRM, por terceiros.
- 4.42. Assumir os encargos referentes a verbas rescisórias com a demissão de seus aprendizes, que estejam vinculados ao Contrato com a CPRM no momento do desligamento.

- 4.43. Comprovar, junto à CPRM, mensalmente e sempre que solicitado, o pagamento da remuneração mensal dos aprendizes, dos encargos sociais, obrigações trabalhistas e previdenciárias, seguro contra acidentes de trabalho, seguro de vida, impostos e demais tributos, efetuados dentro dos prazos legais.
- 4.44. Apresentar, mensalmente, até o trigésimo dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, junto com as faturas relativas aos serviços executados, os comprovantes de quitação do recolhimento do FGTS e INSS, referentes aos seus empregados, em atividade nas dependências da CPRM, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.
- 4.45. Providenciar para que todos os seus aprendizes, cumpram as normas internas relativas à saúde e de segurança do trabalho nos locais onde serão executados quando em serviço e em desenvolvimento das atividades.
- 4.46. Manter vínculo empregatício formal e expresso com seus aprendizes, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, incidentes sobre o objeto do Contrato.
- 4.46.1. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CPRM a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e ensejará a extinção do vínculo contratual, caso a CONTRATADA, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente.
- 4.47. Responsabilizar-se pelas medidas necessárias ao atendimento de seus aprendizes, acidentados ou acometidos por mal súbito, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, quando em serviço e desenvolvimento das atividades, por meio de seus representantes.
- 4.48. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CPRM a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e ensejará a extinção do vínculo contratual, caso a CONTRATADA, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente.
- 4.49. Manter a CPRM, durante e após a vigência do Contrato, à margem de quaisquer reivindicações dos seus empregados alocados aos serviços, sendo, nesse particular e em quaisquer circunstâncias, considerada como única e exclusiva empregadora, responsável por si e/ou sucessores por quaisquer ônus que venham a ser imputados à CPRM, em qualquer época, decorrentes de tais reivindicações ou reclamações, judiciais ou extrajudiciais.
- 4.50. Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato, os eventuais casos fortuitos e/ou de força maior, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços.
- 4.51. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
- 4.52. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CPRM ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 4.53. Paralisar, por determinação da CPRM, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens da CPRM ou de terceiros.
- 4.54. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos.
- 4.55. Utilizar os equipamentos e as instalações cedidas pela CPRM, exclusivamente, para o cumprimento do objeto pactuado, de forma adequada, e comunicar à CPRM qualquer tipo de problema para que sejam adotadas as providências necessárias.
- 4.56. Atender as determinações regulares e as notificações realizadas acerca de eventuais irregularidades, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de emissão da notificação da CPRM, que poderá ocorrer por *e-mail*.

4.57. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.58. Excluir os custos não renováveis da(s) planilha(s) de composição de custos e formação de preço, a partir do segundo ano do prazo de vigência do presente contrato (se ocorrer), tais como, porém, não se restringindo ao aviso prévio indenizado.

4.59. Abster-se de repassar para a CPRM os custos relacionados com as disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

4.59.1. Pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da CONTRATADA.

4.59.2. Matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários.

4.59.3. Preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

4.60. Tratar, usar e eliminar os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

4.61. Conhecer e cumprir o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM (www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf).

4.62. Observar as obrigações específicas, eventualmente, dispostas no Termo de Referência.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CPRM**

5.1. Cumprir com o estabelecido no Termo de Referência para o cumprimento da cota de aprendizagem da CPRM.

5.2. Formalizar as oportunidades de aprendizagem, em conjunto com a CONTRATADA, atendendo as condições definidas no Decreto – Lei nº 5.452, de 01/05/43, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Decreto nº 9.579, de 22/11/2018.

5.3. Proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas correlacionadas com os conteúdos teóricos previstos no programa de aprendizagem.

5.4. Respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei nº 8.069, de 13/07/90.

5.5. Oferecer a aprendizagem em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, que apresentem condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do artigo 405 da CLT.

5.5.1. Disponibilizar espaço físico para o aprendiz exercer suas atividades, com os equipamentos necessários, em cada caso.

5.6. Indicar formalmente empregado para ser o supervisor para cada aprendiz, que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos, de acordo com o programa de aprendizagem, com as seguintes atribuições:

- I - Verificar a integração do aprendiz ao ambiente de trabalho/aprendizagem;
- II - Realizar acompanhamento por meio de palestras, quando necessário;
- III - Receber os relatórios da CONTRATADA de controle de frequência e rendimento;
- IV - Supervisionar o desempenho do Programa de Aprendizagem da CONTRATADA;

5.7. Acompanhar o desempenho das atividades práticas desenvolvidas pelo Jovem Aprendiz, mediante aplicação do instrumento de Avaliação Comportamental que será respondido pelo supervisor em periodicidade semestral, e considerará os seguintes aspectos:

- a) interesse
- b) cooperação
- c) relacionamento

- d) assiduidade
- e) pontualidade
- f) comprometimento

- 5.7.1. O resultado da avaliação subsidiará feedback do Supervisor ao Aprendiz e assim encaminhará à CONTRATADA para mesma finalidade dar feedback.
- 5.8. Garantir que o acesso ao processo de transmissão de conhecimentos se faça metodicamente organizado, em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvida no ambiente de trabalho.
- 5.9. Não atribuir ao aprendiz qualquer atividade que ultrapasse o limite da jornada diária.
- 5.10. Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação do aprendiz, fornecendo dados à CONTRATADA, quando solicitado.
- 5.11. Informar e solicitar a manifestação expressa da CONTRATADA, quando for identificada a possibilidade de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem, de acordo com as hipóteses previstas na legislação.
- 5.12. Efetuar o controle e a anotação diária do horário de aprendizagem cumprido pelo Jovem Aprendiz, exigindo a sua assinatura em folha de controle de frequência.
- 5.13. Efetuar o pagamento, consoante previsto neste Contrato.
- 5.14. Observar as restrições legais quanto ao trabalho dos aprendizes.
- 5.15. Fiscalizar, mensalmente, o efetivo pagamento dos salários e benefícios, dos aprendizes contratados, orçados na Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 5.16. Não cometer aos aprendizes atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.
- 5.17. Observar a vigência dos contratos de aprendizagem, a fim de que sua completa execução esteja abrangida pelo presente Contrato, evitando a descontinuidade do Contrato de aprendizagem dos aprendizes contratados.
- 5.18. Fiscalizar a CONTRATADA no cumprimento dos princípios estabelecidos no Decreto nº 9.579/2018, no sentido de garantir o acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental, horário especial para exercício das atividades promovendo, a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
- 5.19. Cumprir as pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 5.20. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente ajuste e seus anexos.
- 5.21. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 5.21.1. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.
- 5.22. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 5.23. Reter os pagamentos devidos à CONTRATADA em caso de inexecução do objeto contratual, ou em caso de inexecução a contento do objeto contratual.
- 5.24. Cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer alteração de horário, no que tange à rotina de trabalho.
- 5.25. Analisar e, se for o caso, aprovar o custo relativo ao quantitativo excedente de 2 (dois) vales-transportes por dia.

5.26. Apurar eventuais descumprimentos e irregularidades na execução do Contrato, aplicando as sanções previstas na lei e neste Contrato.

5.26.1. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventual penalidade, estabelecida neste Contrato.

5.26.2. Notificar a instituição emitente da garantia contratual acerca dos fatos apurados em processo administrativo que podem resultar na sua execução.

5.27. Abster-se de praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.27.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado.

5.27.2. Fixar salário a ser pago pela CONTRATADA.

5.27.3. Estabelecer vínculo de subordinação com o empregado da CONTRATADA.

5.27.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.

5.27.5. Solicitar ao(à) trabalhador(a) da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto contratado.

5.27.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da CPRM na gestão interna da CONTRATADA.

5.28. Emitir, formalmente, decisão sobre todas as solicitações formalizadas pela CONTRATADA relacionadas à execução do presente Contrato.

5.29. Responder os eventuais pedidos de repactuação, reajuste e revisão de preços em até 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis pelo mesmo prazo, desde que justificadamente.

5.30. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.31. Tratar, usar e eliminar os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO MENSAL ESTIMADO

6.1. O preço mensal total estimado, fixo e irrevogável, para o período de 1 (um) ano, para a execução dos serviços descritos no Termo de Referência é de **R\$ 3.378,46 (três mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos)**.

6.2. No preço citado acima já estão computados todos os custos diretos e indiretos, tais como e sem se limitar: os salários, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, valor a título de alimentação, vale-transporte, na forma da lei, uniformes, insumos necessários, administração, lucro e todos os tributos porventura incidentes.

6.3. A formação do preço da subcláusula 6.1 acha-se discriminada nas Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preço Mensal constante da proposta da CONTRATADA, que passa a fazer parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS

7.1. É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que requerida e que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, sentença normativa da categoria, Lei ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

7.2.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

7.2.2. Nas repactuações derivadas da variação do salário mínimo, ou do piso estadual, os salários dos aprendizes serão reajustados, considerando como data base a mesma data de variação do salário mínimo/ou piso estadual.

7.3. As repactuações serão precedidas de solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria, Lei ou equivalente que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

7.4. O valor do insumo "Auxílio Refeição/Alimentação" poderá ser alterado, observando-se o termo inicial para a contagem do interregno de 1 (um) ano, conforme previsto nesta Cláusula, se solicitado pela CONTRATADA, consoante a previsão do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, sentença normativa, Lei ou equivalente e na falta destes, poderá sofrer reajuste, conforme a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) Alimentação Fora do Domicílio.

7.4.1. Os valores dos insumos "uniforme" e "seguro de vida" poderão ser alterados, de acordo com os valores de mercado, devendo a CONTRATADA comprovar a efetiva variação do custo.

7.5. A partir do segundo ano de vigência do prazo do contrato, os custos não renováveis devem ser excluídos da Planilha de Custo e Formação de Preços, conforme a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.

7.6. A repactuação produzirá efeitos financeiros:

7.6.1. A partir da assinatura do Termo Aditivo;

7.6.2. Em data posterior à assinatura do Termo Aditivo, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem da periodicidade para concessão das repactuações subsequentes.

7.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

7.8. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

7.8.1. Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**

8.1. O valor global estimado do presente Contrato, para o período de 1 (um) ano, é de **R\$ 40.541,52 (quarenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme a(s) planilha(s) de composição de custos e formação de preço mensal anexas.

9. **CLÁUSULA NONA – DA FORMA DO PAGAMENTO**

9.1. Os pagamentos serão realizados pelo objeto, efetivamente, executado e aprovado pela fiscalização e observarão os preços registrados na proposta de preços, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

9.2. A CONTRATADA deverá realizar o peticionamento eletrônico da Nota Fiscal acompanhada dos documentos relacionados abaixo até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, à CPRM, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido na legislação.

9.2.1. A apresentação da Nota Fiscal e dos documentos citados abaixo deverá ocorrer sempre em conjunto e exclusivamente por meio do peticionamento eletrônico pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, utilizando a funcionalidade de Peticionamento de Processo Novo e o tipo de processo "Gestão de Contrato: Processo de Pagamento".

9.2.2. Para que o peticionamento eletrônico seja possível é impreterível que o representante do fornecedor possua cadastro como Usuário Externo no SEI da CPRM liberado, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda

não está cadastrado" na página de Acesso Externo do SEI disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Sistema-Eletronico-de-Informacoes--SEI-311>.

9.2.3. Caso o peticionamento eletrônico no SEI da CPRM não esteja disponível, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação por *e-mail* ou por outra forma definida pelo representante da CPRM.

9.3. Para efetivação do pagamento, o peticionamento eletrônico da CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal dos serviços um demonstrativo de serviços, no qual se ache detalhado o número do Contrato, o mês do serviço a que se refere, o número total e a discriminação dos aprendizes; o valor correspondente ao fornecimento de materiais de consumo, se houver, e o preço mensal faturado, bem como os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS dos aprendizes, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA;
- g) Cópia da folha de pagamento analítica do mês anterior ao da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Unidade Regional da CPRM; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) do mês anterior ao da prestação dos serviços ou, ainda, cópia dos respectivos comprovantes de depósitos bancários; cópia das folhas de ponto dos aprendizes alocados aos serviços do mês anterior ao da prestação dos serviços.
- h) Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.) e da concessão de plano de saúde, a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês anterior ao da prestação dos serviços e de qualquer empregado alocado nos serviços contratados;
- i) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei; e
- j) Outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA.

9.3.1. Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “e” poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

9.4. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil após a data do peticionamento eletrônico da Nota Fiscal e demais documentos citados acima, condicionado à aprovação, pela fiscalização da CPRM, de sua realização e da comprovação do recolhimento das contribuições sociais e demais obrigações, conforme previsto neste Contrato.

9.5. No caso de ocorrerem incorreções, a CPRM entrará imediatamente em contato com a CONTRATADA, que providenciará as correções apontadas, quando se reiniciará a contagem do prazo de pagamento.

9.6. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

- a) do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da legislação em vigor;

b) contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da legislação em vigor;

c) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da legislação em vigor.

9.6.1. Eventuais isenções ou imunidades deverão ser comprovadas pela CONTRATADA.

9.6.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.6.3. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, bem como em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

9.7. Toda a comunicação entre a CONTRATADA e a CPRM deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, observada a exceção prevista na subcláusula 9.2.3.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do prestador pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

9.9. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.10. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por membros designados pela CPRM, com poderes para supervisionar e acompanhar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA e terá as seguintes atribuições:

10.1.1. Fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA, zelando pela sua correta execução de acordo com o Termo de Referência e pelo cumprimento do Contrato.

10.1.1.1. As irregularidades eventualmente constatadas serão comunicadas à CONTRATADA por escrito.

10.1.2. Certificar-se de que todas as atividades, relacionadas aos serviços e com as necessidades dos aprendizes, estejam restritas ao interior das áreas designadas pela CPRM para essa finalidade.

10.1.3. Formalizar, por escrito e em tempo hábil, os valores a serem deduzidos das faturas, a título de eventuais multas, e as razões de sua ocorrência.

10.1.4. Exigir da CONTRATADA, por ocasião da liberação da fatura, folha de pagamento específica por Contrato, guias quitadas de recolhimento de FGTS, relativas ao mês anterior ao da prestação dos serviços ou do mês de competência quando da rescisão/extinção do contrato.

10.1.5. Coordenar o acesso dos aprendizes às áreas de serviços, exigindo que sejam observadas as normas disciplinares e de segurança.

10.1.6. Inspeccionar, periodicamente, os serviços e qualquer providência a ser feita por parte da CONTRATADA deverá a ela ser transmitida, por meio de comunicação escrita.

10.1.7. Exigir, a cada eventual prorrogação do prazo de vigência do Contrato, a comprovação do registro do Programa de Aprendizagem, elaborado em conformidade com a norma vigente emanada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da

localidade em que se realizará a aprendizagem, bem como a inscrição da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da localidade em que se realizará a aprendizagem e no Cadastro Nacional de Aprendizagem, na forma e nas hipóteses previstas na legislação.

10.2. Orientar os aprendizes da CONTRATADA, no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas, tornando-as, dessa forma mais proficientes.

10.3. Propor, quando necessário, modificações no processo de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços prestados.

10.4. Propor, fundamentadamente, a suspensão da prestação dos serviços ou a rescisão do Contrato, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas no presente instrumento.

10.5. No caso de inobservância, pela CONTRATADA, de quaisquer cláusulas contratuais, terá a fiscalização, além do direito de aplicação das sanções previstas neste Contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados.

10.6. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total responsabilidade pela execução dos serviços contratados, nos termos deste Contrato e seus anexos.

10.7. Caberá à fiscalização verificar a manutenção pela CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificações exigidas durante toda a execução do contrato.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO**

11.1. O empregado da CPRM responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, inclusive, por atestar os documentos de cobrança a serem apresentados, será formalmente escolhido e seu nome será registrado na Pasta do Contrato.

11.2. Para todos os fins de contato com a CONTRATADA, no curso da execução do contrato, o mesmo se fará representado na pessoa de OZÉAS CHAVES VIEIRA JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.768.***-24, que poderá ser localizado no endereço da sede SCS, Quadra 4, Bloco A, nº 156, Edifício Nordeste, Salas 101 a 408, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70304-000, telefone nº (086) 98159-5020, com endereço eletrônico: ozeas.vieira@renapsi.org.br.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. A CONTRATADA que descumprir o Contrato e/ou seus anexos estará sujeita às seguintes sanções, nos termos do artigo 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e penal:

12.1.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço.

12.1.2. Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor dos 3 (três) últimos meses faturados, por dia de inadimplemento contratual injustificado ou cujas justificativas não sejam aceitas pela CPRM, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da CPRM, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento contratual.

12.1.2.1. Caso o contrato não tenha atingido 3 (três) meses de vigência, o cálculo será realizado de acordo com a expectativa de faturamento com base no valor mensal previsto neste Contrato.

12.1.3. Multa não compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos 3 (três) últimos meses faturados, para cada descumprimento das condições e/ou especificações estabelecidas neste Contrato ou no Termo de Referência.

12.1.3.1. Caso o Contrato não tenha atingido 3 (três) meses de vigência, o cálculo será realizado de acordo com a expectativa de faturamento com base no valor mensal previsto neste contrato.

12.1.4. Multa não compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato quando o inadimplemento ensejar a extinção do vínculo contratual, sem prejuízo do pagamento de indenização por eventuais danos causados à CPRM pela inexecução do Contrato, além das demais penalidades previstas na legislação e neste Contrato.

12.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPRM, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço, conforme determina o inc. III, do art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

12.2. A penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a CPRM resultará em descredenciamento no SICAF pelo mesmo prazo.

12.3. A incidência de multa poderá ser cumulada com outras penalidades e a sua aplicação não impedirá que a CPRM adote as medidas judiciais cabíveis.

12.4. As penalidades previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelas perdas e danos diretos e indiretos.

12.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.6. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos dos serviços, da garantia contratual ofertada, ou ainda, cobradas judicialmente, conforme o caso.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

12.8. A autoridade competente, na apuração dos fatos, poderá aceitar as justificativas apresentadas, a seu critério e, na eventual aplicação da(s) penalidade(s), considerará a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da penalidade, bem como o dano causado à CPRM, observado o princípio da proporcionalidade.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL**

13.1. São formas de extinção do vínculo contratual:

13.1.1. Distrato ou Resilição Bilateral.

13.1.2. Denúncia ou Resilição Unilateral.

13.1.3. Resolução.

13.1.4. Rescisão Judicial ou Arbitral.

13.1.5. Advento do prazo final da vigência do Contrato.

13.2. O Distrato ou Resilição Bilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por mútua vontade das partes.

13.3. A Denúncia ou Resilição Unilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por vontade unilateral de uma das partes, sem que tenha ocorrido inadimplemento da outra parte.

13.3.1. A parte interessada em promover a Denúncia ou Resilição Unilateral deverá notificar, por escrito, a parte contrária com 30 dias corridos de antecedência, contados do dia útil seguinte à data do recebimento da notificação.

13.3.2. A CPRM poderá notificar a CONTRATADA por meio do Diário Oficial da União - D.O.U., justificadamente, nas hipóteses que impossibilitem a notificação por carta, como por exemplo, em caso de desconhecimento do endereço da CONTRATADA.

13.3.2.1. Em caso de notificação pelo D.O.U., o prazo será contado do dia útil seguinte à data da publicação da denúncia ou resilição unilateral.

13.4. A Resolução é a forma de extinção do vínculo contratual que pressupõe a inexecução das obrigações contratuais.

13.4.1. A Resolução poderá ocorrer em hipóteses como:

- a) Descumprimento das obrigações de pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, além das hipóteses de ausência de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS.

b) Descumprimento do prazo para apresentação, manutenção e reposição da garantia contratual.

13.5. A Rescisão Judicial é a forma de extinção do vínculo contratual quando houver lesão impossível de ser restaurada pelas partes.

13.6. O Advento do prazo final da vigência do Contrato é a forma de extinção natural do vínculo contratual, na hipótese de serviços continuados.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA GARANTIA**

14.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato, garantia na modalidade de SEGURO GARANTIA, a favor da CPRM, pelo prazo contratual, e de até 3 (três) meses após o término de sua vigência, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do Contrato, mencionado na subcláusula 8.1 deste instrumento, sob pena de extinção do vínculo contratual.

14.2. O valor da garantia poderá ser utilizado para pagamento dos eventos abaixo, obrigando a CONTRATADA a fazer a respectiva reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação neste sentido:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- b) prejuízos causados à CPRM ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CPRM à CONTRATADA.
- d) obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

14.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula 13.2.

14.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição financeira autorizada pelo Banco Central, em conta específica com correção monetária, em favor da CPRM.

14.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CPRM a promover a extinção do vínculo contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

14.6. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CPRM com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar penalidades à CONTRATADA.

14.7. A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CPRM, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) após o término da vigência do Contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14.8. A CPRM não executará a garantia, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da CPRM; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por representantes da CPRM.

14.9. A critério da CPRM, poderá ser admitida, a qualquer tempo, a substituição da garantia prevista nesta cláusula.

14.10. A perda da garantia a favor da CPRM, por inadimplemento contratual, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

14.11. Em havendo prorrogação do prazo de vigência do Contrato, deverá ser mantida, pela CONTRATADA, a garantia mencionada na subcláusula 13.1 supracitada, mediante a atualização dos valores.

14.12. Em havendo a utilização total ou parcial da garantia para pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou em caso de sua extinção por culpa exclusiva da CPRM.

14.14. Caso a CONTRATADA não comprove o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CPRM.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA CESSÃO**

15.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos, de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da CPRM.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS RECURSOS**

17.1. Os recursos necessários para o pagamento dos serviços objeto deste Contrato foram provisionados no orçamento da CPRM, no exercício de **2025**, na seguinte classificação:

- Programa de Trabalho: 174.232
- Natureza da Despesa: 339037
- Fonte: 142
- Centro de Custo: 5065.100
- Processo nº: 48086.011530/2024-92

18. **CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA – DO ANTINEPOTISMO**

18.1. A CONTRATADA declara não possuir administradores e/ou sócios dirigentes com vínculo familiar com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, bem como se obriga a não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar (cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/10.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA - NONA – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO**

19.1. A CONTRATADA se obriga a se relacionar com a Administração Pública com ética, respeito e profissionalismo, não recebendo qualquer forma de vantagem ou favorecimento, nem oferecendo suborno ou praticando quaisquer atos de corrupção com o intuito de exercer influência sobre qualquer agente ou dirigente público ou entidades públicas nacionais ou estrangeiras com o fim de obter ou manter negócio para si próprio, para terceiros ou em favor da CPRM. A CONTRATADA declara-se ciente de que não serão tolerados quaisquer comportamentos antiéticos ou contrários às normas nacionais ou internacionais anticorrupção aplicáveis às atividades da presente contratação, incluindo-se, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

20.1. As partes se comprometem a:

20.1.1. Proteger os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma disposta na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.1.2. Assegurar a titularidade dos dados pessoais de toda pessoa natural, garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.1.3. Tratar, usar e eliminar os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.1.4. Realizar o tratamento dos dados pessoais observando os princípios da boa-fé, da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da segurança, da prevenção, da não discriminação, da responsabilização e prestação de contas.

20.1.5. Facilitar, ao titular, o acesso às informações sobre o tratamento dos seus dados.

20.1.6. Tratar os dados sensíveis somente nas hipóteses legais.

20.1.7. Tratar os dados pessoais de crianças e de adolescentes em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.

20.1.8. Eliminar os dados pessoais, após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as finalidades dispostas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.2. Para os fins desta cláusula, todas as terminologias e expressões referentes a dados pessoais estão reguladas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

20.3. Salvo nova definição legislativa superveniente, “dado pessoal” é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

20.4. Salvo nova definição legislativa superveniente, “tratamento” é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1. O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

21.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

21.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. A CONTRATADA declara sob as penas da Lei que:

22.1.1. Possui responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato.

22.1.2. Autoriza a CPRM a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

22.1.3. O signatário infra-assinado possui o poder de firmar o presente Contrato e cumprir as obrigações dele decorrentes.

22.1.4. Possui todas as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis necessárias para a celebração do presente Contrato e para execução de todas as obrigações dele decorrentes.

22.1.4.1. O disposto acima contempla as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis aos empregados, prepostos e/ou subcontratados envolvidos na execução do objeto contratado.

22.1.5. Não violará quaisquer direitos de Propriedade Intelectual de terceiros na execução de suas obrigações decorrentes do presente Contrato.

22.1.6. Reconhece que as prestações e responsabilidades assumidas são manifestamente proporcionais e que possui experiência e expertise nas atividades que lhe competem por força deste Contrato.

22.1.7. Possui suficiência para a execução do objeto e fornecimento dos materiais, ferramentas e mão de obra necessários à conclusão do objeto contratado no preço ajustado, o qual deverá cobrir inclusive todas as despesas diretas e indiretas.

22.1.8. Conhece e cumprirá o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM (www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf).

23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

23.1. As partes contratantes elegem desde já para dirimir as questões oriundas deste instrumento o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro, de preferência a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1. Integram o presente Contrato, o Termo de Referência, a Proposta, as Planilhas e seus anexos apresentados pela CONTRATADA.

24.2. A CPRM poderá determinar à CONTRATADA a emissão de relatórios, dados estatísticos mensais e a adoção de normas e métodos condizentes com a boa execução dos serviços.

24.3. Os casos omissos serão resolvidos por entendimentos diretos entre as partes e por mútuo acordo, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que passarão a fazer parte integrante deste Contrato.

24.4. Caso, durante o prazo de vigência do Contrato forem criados tributos novos ou modificadas as alíquotas dos atuais de forma a comprovadamente majorar ou diminuir os ônus das partes, serão revistos os preços a fim de adequá-los a essas modificações, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações.

24.5. Os efeitos deste Contrato se estendem aos sucessores de ambas as partes, que se subrogarão em todos os direitos e obrigações dele decorrentes.

24.6. Não serão devidos quaisquer adicionais de preço por falhas ou omissões que porventura vierem a ser verificadas na proposta da CONTRATADA, com relação às condições deste Contrato e seus anexos.

24.7. O não exercício, pela CPRM, de quaisquer dos direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nele previstas não importam em novação quanto aos seus termos, não podendo, portanto, ser interpretadas como desistência de ações futuras. Os recursos postos à disposição da CPRM neste Contrato serão considerados cumulativos e não alternativos.

24.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Contrato, prevalecerá este último.

24.9. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI da CPRM, garantida a eficácia das cláusulas.

24.10. A assinatura deste Contrato pelo representante da CONTRATADA, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

24.11. A respectiva autenticidade poderá ser atestada a qualquer tempo, seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Daria Ferreira, Usuário Externo**, em 17/01/2025, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES VERAS, Testemunha**, em 21/01/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIANO DE SOUZA ALVES, Diretor(a) de Administração e Finanças**, em 23/01/2025, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inácio Cavalcante Melo Neto, Diretor(a)-Presidente**, em 23/01/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2412547** e o código CRC **A756FC2A**.